A complementaridade entre Rawls e Habermas na etapa da deliberação

Prof. Dr. Luiz Paulo Rouanet

lrouanet@terra.com.br

PUC-Campinas/Universidade São Marcos

© - PROIBIDA PUBLICAÇÃO SEM CONSENTIMENTO DO AUTOR - ©

Resumo: O texto discute a suposta complementaridade entre a teoria da justiça como equidade, de John Rawls, e a Teoria da ação comunicativa, de Jürgen Habermas. Analisa a noção de *consenso por sobreposição*, de John Rawls, como a principal característica da segunda fase de sua teoria, ou etapa da deliberação. Em seguida, expõe a evolução da crítica e compreensão de Habermas a respeito da teoria da justiça como equidade. Por fim, examina algumas das contribuições da teoria da ação comunicativa para a teoria de Rawls, em uma teoria conjunta Rawls-Habermas.

Palavras-chave: Teoria da justiça como equidade, Teoria da ação comunicativa, consenso por sobreposição, equilíbrio reflexivo.

Habermas estava certo quando dizia, em 1995, que a conciliação entre sua teoria filosófica, também chamada de Teoria da ação comunicativa, e a de John Rawls, denominada Teoria da justiça como equidade, se daria na esfera da razão pública. Ambos divergiam quanto ao âmbito da razão pública que, para Habermas era bem mais amplo, abrangendo praticamente tudo o que não é privado, enquanto para Rawls essa esfera inclui apenas as autoridades executivas, os políticos quando no exercício de suas funções legislativas e parlamentares, os juízes ao pronunciarem suas sentenças e o povo, quando chamado a votar ou manifestar sua opinião por meio de plebiscito.¹ Apesar disso, creio que as duas teorias podem efetivamente se aproximar e se complementar exatamente na etapa

¹ Tratei dessas questões no artigo “O debate Habermas-Rawls de 1995: uma apresentação”. **Reflexão**, Campinas, v. XXV, n. 78, p. 111-117, 2000 e também em “A idéia de razão pública em Rawls”. In: Segundo Simpósio Internacional Principia, 2002, Florianópolis. **Linguagem e Filosofia**. Florianópolis: UFSC-NEL, 2001. v. 6. p. 283-296.

de deliberação, na segunda fase da teoria de Rawls. Esta prevê uma primeira etapa que é a da escolha dos princípios que nortearão a futura sociedade justa, escolha que se dá mediante o artifício do “véu de ignorância”. Uma vez escolhidos os princípios, que são dois (o da liberdade igual para todos e o da diferença), cada sociedade, no plano doméstico e local (povo e instituições) escolherá então como colocar em prática esses princípios em suas próprias sociedades. É nessa etapa que deve ter lugar a complementaridade com a teoria de Habermas.

Dessa forma, procurarei (I) expor de maneira mais detalhada em que consiste a etapa da deliberação segundo a teoria de Rawls (daqui por diante denominada Teoria da justiça como equidade, ou abreviadamente, TJ); em seguida (II) irei discutir algumas das críticas feitas por Habermas à teoria de Rawls, a fim de (III) incorporar os elementos mais significativos da Teoria da ação comunicativa para a escolha efetuada na segunda etapa de TJ. Em conclusão (IV), efetuarei um balanço, com os ganhos respectivos de uma e outra teoria e sua contribuição para a prática política contemporânea.

I

Parece central ao pensamento de Rawls, quando se detém sobre a maneira como se pode alcançar uma sociedade mais justa, a idéia do *consenso por sobreposição*, ou “overlapping consensus”.² Somente esse consenso, que é capaz de unir, em um grande “guarda-chuva”, as diversas doutrinas particulares, ou passar por cima de suas diferenças mais gritantes, pode conduzir as sociedades domésticas, e os povos, a deliberarem com vistas a tornar suas sociedades mais justas. Examinemos, portanto, com mais atenção, a idéia do consenso por sobreposição.

Consenso por sobreposição

² Julgo mais apropriada esta tradução para o termo *overlapping consensus*, por passar exatamente esta idéia de passar por cima das diferenças. A tradução por consenso por justaposição é igualmente aceitável, mas perde a conotação acima.

O principal texto no qual irei me basear aqui é “The idea of an overlapping consensus”.³ O primeiro ponto a chamar a atenção é a postura intuicionista de Rawls, manifestada em várias ocasiões. Rawls considera que jamais se conseguirá chegar à verdade última de algumas questões, tais como da verdade e falsidade, objetividade e subjetividade, e que deve aplicar-se à filosofia o mesmo princípio de tolerância que foi aplicado aos conflitos religiosos no Ocidente.

Nós simplesmente aplicamos o princípio de tolerância à filosofia. Assim, esperamos evitar as antigas controvérsias da filosofia, entre as quais controvérsias sobre a natureza da verdade e o status dos valores tais como expressos pelo realismo e pelo subjetivismo. Dado que buscamos uma base acordada de justificação pública em questões de justiça, e dado que não se pode razoavelmente esperar um acordo político sobre essas questões, voltamo-nos em vez disso para as idéias intuitivas fundamentais que parecem ser compartilhadas pela cultura política pública.⁴

O paradoxal da teoria da justiça como equidade, tal como apresentada por Rawls, é que não se pode ir além de um certo grau de especificação, sob risco de comprometer seu próprio projeto político, que busca alcançar o consenso por sobreposição. Especificá-la em excesso redundaria em torná-la uma doutrina abrangente entre outras, subtraindo-lhe seu papel aglutinador. Rawls como que ecoa aqui as palavras de Aristóteles, para quem o filósofo, ou o homem culto, deve buscar a precisão necessária em cada caso, não mais, não menos.

Tais questões não devem ser resolvidas de maneira geral, mas particular. “Ao se aplicar o princípio de tolerância à filosofia deixa-se aos cidadãos, individualmente, resolver por si mesmos as questões de religião, filosofia e moral de acordo com as visões que eles livremente afirmam.”⁵ Por este motivo, o que o consenso por sobreposição visa determinar é, em um primeiro momento, a estrutura básica da sociedade, atentando especialmente para suas instituições.

³ Rawls, John. “The idea of an overlapping consensus”. In Idem, **Collected papers**. Org. Samuel Freeman. Cambridge, Mass./London: Harvard University Press, 1999, p. 421-48; “A idéia de um consenso por justaposição”. In Idem, **Justiça e democracia**. Trad. Irene A. Paternot. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 243-90.

⁴ CP, p. 435 (trad. minha; L.P.R.); **Justiça e democracia**, op. cit., p. 268.

⁵ CP, p. 437; **Justiça e democracia**, p. 271-2.

A concepção política de TJ, que é liberal, visa atender sobretudo aos seguintes pontos:

- (1) “uma especificação de certos direitos, liberdades e oportunidades básicos (...);”;
- (2) “uma atribuição de certa prioridade especial a esses direitos, liberdades e oportunidades (...)” e
- (3) “medidas que assegurem a todos os cidadãos meios adequados e polivalentes para fazer uso efetivo de suas liberdades e oportunidades básicas”.⁶

Além desses pontos, Rawls também especifica, em outros textos, os chamados bens primários, que devem fazer parte de qualquer sociedade que almeje tornar-se uma sociedade bem-ordenada ou, pelo menos, uma sociedade mais justa, como mostrei em outro lugar.⁷ Na ocasião, arrolei as seguintes medidas, aleatórias e não exaustivas, como compatíveis com o pensamento rawlsiano:

- (a) escola básica e média gratuitas; universidades públicas gratuitas, com ressalvas;
- (b) saúde pública gratuita e de qualidade para os mais carentes;
- (c) construção de moradias; financiamento com juros baixos para população de baixa renda;
- (d) programas de renda básica, aliados a outras medidas redistributivas.⁸

Para resumir, o consenso por sobreposição deve ser suficientemente amplo para garantir a adesão do maior número de concepções particulares e/ou abrangentes, e suficientemente preciso para que permita estabelecer uma agenda de discussões e medidas a serem tomadas inicialmente no âmbito doméstico. Trata-se de uma espécie de idéia reguladora, aliada ao realismo utópico de Rawls.

Equilíbrio reflexivo

Outra noção importante para a compreensão da segunda etapa da teoria de Rawls, a etapa da deliberação, é a de equilíbrio reflexivo.

⁶ CP, p. 440; **Justiça e democracia**, p. 277.

⁷ Tratei desse tema no texto “Bens primários e direito”, in Ricardo B. de Napoli, Noeli Rossatto, Marcelo Fabri (org.). **Ética e justiça**. Santa Maria: Palotti, 2003, p. 127-136.

⁸ Idem, p. 135.

Rawls distingue entre equilíbrio reflexivo restrito e amplo. O equilíbrio reflexivo, antes de mais nada, supõe que as pessoas sejam dotadas de razão e de um senso de justiça.

O equilíbrio reflexivo é restrito quando o agente simplesmente chega a um acordo consigo mesmo (o que nem sempre é fácil)⁹ quanto à concepção de justiça política que lhe pareça mais razoável e que mostre mais condições de ser publicamente aceita.

Já o equilíbrio reflexivo amplo (ou pleno, caso se trate de uma sociedade democrática bem-ordenada) é alcançado quando o agente efetuou uma revisão cuidadosa das principais concepções da justiça, bem como examinou a força dos argumentos que a sustentam.¹⁰

À primeira vista, portanto, o equilíbrio reflexivo exigido para se chegar a um consenso por sobreposição na sociedade, do ponto de vista prático-político, é o primeiro, o restrito. Não se pode razoavelmente esperar mais do cidadão comum, sob risco de inviabilizar a teoria.

O segundo tipo de equilíbrio reflexivo, o amplo, pode ser objeto de discussão entre filósofos, como Rawls e Habermas, mas não se pode razoavelmente esperar sua realização. Habermas parece confundir esses dois momentos. É o que tentarei examinar agora.

II

Não é fácil resumir as idéias principais da teoria da ação comunicativa, e nem pretendo fazê-lo aqui. Como autor ainda em atividade, Habermas tem reformulado constantemente seus termos, desde a publicação do livro **Teoria da ação comunicativa**, em 1984.¹¹ Como é comum nesses casos, dá-se preferência a textos mais recentes, que supostamente trazem a visão mais atualizada do autor sobre o assunto. Aqui, procurarei apoiar-me especialmente nos seguintes textos: **Consciência moral e agir comunicativo**, **Direito e democracia**, **Verdade e justificação** e **A inclusão do outro**.¹²

⁹ Rawls, J. **Justiça como equidade** – Uma reformulação. Trad. Cláudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 42: “Muitos de nossos mais graves conflitos são conflitos dentro de nós mesmos.”

¹⁰ Idem, p. 42, 43 e ss.

¹¹ Habermas, J. **Teoría de la acción comunicativa**. 2 ts. Madrid: Taurus, 1999.

¹² Idem, **Consciência moral e agir comunicativo**. Trad. Guido A. de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989; Idem, **Direito e democracia** – Entre facticidade e validade. 2vs. Trad. Flávio B. Siebneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997; Idem, **Verdade e justificação**. Trad. Milton Camargo Mota. São Paulo: Loyola, 2004; Idem, **A inclusão do outro**. Trad. George Sperber, Paulo A. Soethe, Milton C. Mota. 2a. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

A ética do discurso, segundo Habermas, apóia-se em aspectos procedimentalistas que a diferenciam da proposta liberal de Rawls: “É só com esse proceduralismo que a ética do Discurso se distingue de *outras* éticas cognitivistas, universalistas e formalistas, tais como a teoria da justiça de Rawls”.¹³ Aqui não entrarei no mérito sobre a correção dessa avaliação da teoria de Rawls, mas retenho a auto-caracterização da ética do Discurso como procedimentalista. Também é questionável se o que Habermas entende por “proceduralismo” é o mesmo que entendemos, uma vez que ele parece atribuir um valor elevado ao conteúdo das práticas comunicativas, o que não parece ser o caso na chamada justiça procedimental.

Sabemos que, posteriormente, Habermas julgou haver uma aproximação possível com a teoria de Rawls mediante a idéia de razão pública.¹⁴ Insistia, porém, nessa ocasião, na necessidade de fundamentação por parte de Rawls: este confundiria, na visão de Habermas, a aceitação com a aceitabilidade. Foi somente em 1999, ao que consta, em **Verdade e justificação**, que Habermas reviu essa exigência. Ao aceitar que não se pode assegurar a “conexão conceitual entre verdade e assertibilidade racional em condições ideais”, o filósofo alemão foi levado a uma “revisão que *relaciona* o conceito discursivo *mantido* de aceitabilidade racional a um conceito de verdade pragmático não epistêmico, sem com isso assimilar a ‘verdade’ à ‘assertibilidade ideal’”.¹⁵ Isto não o leva, porém, e nem deveria levá-lo, a abandonar a exigência da argumentação e da busca da verdade: “a argumentação permanece o único meio *disponível* para se certificar da verdade, porque não há outra maneira de examinar as pretensões de verdade tornadas problemáticas”.¹⁶

Esta argumentação, entretanto, não pode dar-se nem sobre bases subjetivistas, nem objetivistas, sendo assim de natureza *intersubjetiva*. Além disso, o elemento pragmático propriamente dito, ou da ação, é fundamental para fornecer um vetor à busca da verdade: “É apenas com a transição da ação para o discurso que os participantes adotam uma atitude reflexiva e, à luz de razões pró e contra apresentadas, disputam pela verdade tematizada de

¹³ Habermas, J. **Consciência moral e agir comunicativo**, op. cit., p. 148-9.

¹⁴ Habermas, J. “Reconciliation through the public use of reason: remarks on John Rawls’s political liberalism”. **The Journal of Philosophy**, v. XCII, 3, March 1995, p. 109-131; Rawls, J. “Reply to Habermas”. **The Journal of Philosophy**, v. XCII, 3, March 1995, p. 132-180; Rouanet, Luiz P. “O debate Habermas-Rawls de 1995: uma apresentação”, art. cit.

¹⁵ Habermas, J. **Verdade e justificação**, op. cit., p. 48.

¹⁶ Idem, p. 48-9.

enunciados controversos”.¹⁷ Toda esta procura irá se objetivar, em uma espécie de paráfrase hegeliana, no Estado democrático de Direito:

Uma vez que nas sociedades modernas o direito positivo se oferece como o meio apropriado para isso, o Estado constitucional democrático constitui hoje a moldura jurídico-política do próprio cerne da moral racional, o qual carece e é capaz de institucionalização.¹⁸

No entanto, essa exigência, assim como para Rawls (e Kant), não pode se encerrar nos limites de um Estado nacional, pois tal ordem seria sempre precária. Ao mesmo tempo, não pode apoiar-se em um poder central autárquico, mas tem que se dar, também no âmbito internacional, por meio da prática comunicativa. Além disso, os regimes não podem defender os direitos apenas “da boca para a fora”, na expressão do próprio Habermas.¹⁹ Não pode tratar-se de uma adesão apenas formal, ou simbólica, a valores aceitos pela comunidade internacional. Esse tipo de adesão é chamada por Habermas, para nossa vergonha, como “brazilização”:

Nesses países, a realidade social desmente a validade das normas, para cuja implementação faltam as condições efetivas e a vontade política. Uma semelhante tendência à “brazilização” poderia até mesmo se apossar das democracias estabelecidas do Ocidente. Pois também aí a substância normativa das ordens constitucionais é esvaziada quando não se consegue criar um novo equilíbrio entre os mercados globalizados e uma política que precisaria ser estendida para além das fronteiras do Estado nacional e, não obstante, conservar uma legitimação democrática.²⁰

Em resumo, Habermas parece mover-se de uma crítica de base fundacionista à teoria de Rawls para uma incorporação *cum grano salis*, ou seja, mantendo a necessária distância crítica: a teoria de Rawls, segundo esta última visão, seria aceitável, “competente”, mas insuficiente, dado seu grau de universalidade e generalidade.

III

¹⁷ Idem, *ibidem*.

¹⁸ Idem, p. 56.

¹⁹ Idem, p. 60.

²⁰ Idem, p. 223.

A teoria de Rawls pode incorporar os elementos da teoria da ação comunicativa, de Habermas, bem como as críticas deste último à teoria da justiça como equidade? A meu ver, a resposta só pode ser positiva. Parafraseando Habermas, a meu ver, a teoria da ação comunicativa e a teoria da justiça formam concepções menos concorrentes do que complementares.²¹ É evidente que, para que se alcance um *consenso por sobreposição*, com base em um *equilíbrio reflexivo*, é necessário haver uma prática comunicativa. No entanto, o que diferencia TJ (*Teoria da justiça como equidade*) de TAC (*Teoria da ação comunicativa*), neste ponto, é que Rawls parece apoiar-se mais no funcionamento das instituições, apoiado em uma *cultura de fundo comum (background culture)* e em uma idéia de razão pública restrita. Já Habermas espera demais da comunicação entre os diversos atores da sociedade, definidos amplamente, e em condições mais ideais do que reais. Não se pode esperar o entendimento, situado em um “nível superior”, como na seguinte passagem: “A teoria do discurso conta com a *intersubjetividade* de processos de entendimento, situada num *nível superior*, os quais se realizam através de procedimentos democráticos ou na rede comunicacional de esferas públicas políticas”.²²

Rawls não “conta” com isso. Sua teoria, baseada em um mínimo de expectativa da parte dos agentes, ou antes, contando com seu *egoísmo racional*, de certa maneira resolve o problema de Rousseau, e de Kant, de como dar um governo mesmo a um povo de demônios. E o faz renunciando a uma exigência de fundamentação última, abandonando ao mesmo tempo o olhar de sobrevôo do pássaro hegeliano, e descendo à terra, materializando-se em programas como o de renda básica, de IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), do orçamento participativo e outros. A teoria da ação comunicativa é bem-vinda, para somar esforços, mas somente se souber abrir mão dessa exigência fundacionista última. E Habermas parece caminhar nessa direção. Sua teoria, combinada com a ética discursiva de Appel (em suas versões A e B), com a “ética da responsabilidade”, com a hermenêutica (“não há mundo senão onde há linguagem”),²³ é capaz de fornecer ao filósofo uma base para seu relacionamento com o mundo. Mas somente

²¹ Habermas, J. Idem, p. 64: “A meu ver, a filosofia hermenêutica e a analítica formam tradições menos concorrentes do que complementares”.

²² Habermas, J. **Direito e democracia**, op. cit., p. 21-2.

²³ Humboldt, apud Habermas, J. **Verdade e justificação**, op. cit., p. 79.

poderá fazer tudo isso se, como Wittgenstein, souber livrar-se de todo esse pesado aparato após utilizá-lo.²⁴

IV

O que seria uma teoria conjunta Rawls-Habermas? Uma teoria que, do ponto de vista macro-estrutural, seria rawlsiana, sendo, no plano micro-estrutural, habermasiana. O que a teoria de Rawls carece em termos de detalhamento é compensado amplamente pelo excesso de detalhes da teoria de Habermas. Assim, a teoria de Rawls poderia beneficiar-se de um maior grau de concretude operacional ao incorporar elementos da teoria da ação comunicativa. Por outro lado, a teoria de Habermas teria de abrir mão de seu fundacionismo em nome de um *consenso por sobreposição*. O Estado democrático de direito pode fornecer o âmbito de atuação dessa teoria conjunta. A prática política tem dado mostras de sua capacidade de assimilação das teorias filosóficas, e a uma velocidade relativamente rápida em uma época de quase imediata transmissão de informações. Uma prática política informada pode se beneficiar das contribuições dos dois autores, sabendo livrar-se dos escolhos de seu detalhamento. Cabe ao filósofo de hoje traduzir essa grande quantidade de informação e torná-la operacional e palatável pois, sim, é preciso conferir-lhes publicidade que é, como mostrou Kant, um dos critérios centrais de legitimidade.²⁵

Habermas aproxima-se cada vez mais, guardadas as necessárias reservas críticas, da teoria formulada por John Rawls. Sua obra, em elaboração, já constitui um dos mais notáveis esforços de síntese jamais efetuados na história do pensamento. Deve-se destacar, também, sua permanente capacidade de revisão e auto-crítica, em coerência com o que defende em sua própria teoria, incorporando críticas e sugestões de seus amigos e oponentes. A prática política tem muito a ganhar com a incorporação dessa grande síntese teórica.

²⁴ Wittgenstein, Ludwig. **Tractatus logico-philosophicus**. 2^a ed. Trad. Luiz Henrique Lopes dos Santos. São Paulo: Edusp, 1994, p. 280-1, prop. 6.54.

²⁵ Rawls, John. “The idea of an overlapping consensus”, CP p. 443: “Argumentos em apoio a juízos políticos devem, se possível, não apenas ser corretos, mas ser tais que possam publicamente serem vistos como corretos. A máxima de que a justiça deve não apenas ser feita, mas parecer ter sido feita, vale não apenas para a justiça, como para uma razão pública livre”; trad. bras. citada p. 283.

Bibliografia

HABERMAS, Jürgen. **Consciência moral e agir comunicativo**. Trad. Guido A. de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

_____. “Reconciliation through the public use of reason: remarks on John Rawls’s political liberalism”. **The Journal of Philosophy**, v. XCII, 3, March 1995, p. 109-131.

_____. **Direito e democracia** – Entre facticidade e validade. 2 vs. Trad. Flávio B. Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

_____. **Teoría de la acción comunicativa**. 2 ts. Madrid: Taurus, 1999.

_____. **Verdade e justificação**, Trad. Milton Camargo Mota. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. **A inclusão do outro**. Trad. George Sperber, Paulo A. Soethe, Milton C. Mota. 2a. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

RAWLS, John. “Reply to Habermas”. **The Journal of Philosophy**, v. XCII, 3, March 1995, p. 132-180.

_____. **Collected papers**. Org. Samuel Freeman. Cambridge, Mass./London: Harvard University Press, 1999, p. 421-48.

_____. **Justiça e democracia**. Trad. Irene A. Paternot. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. **Justiça como equidade** – Uma reformulação. Trad. Cláudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ROUANET, Luiz P. “O debate Habermas-Rawls de 1995: uma apresentação”. **Reflexão**, Campinas, v. XXV, n. 78, p. 111-117, 2000.

_____. “A idéia de razão pública em Rawls”. In: Segundo Simpósio Internacional Principia, 2002, Florianópolis. **Linguagem e Filosofia**. Florianópolis: UFSC-NEL, 2001. v. 6. p. 283-296.

_____. “Bens primários e direito”, in Ricardo B. de Napoli, Noeli Rossatto, Marcelo Fabri (org.). **Ética e justiça**. Santa Maria: Palotti, 2003, p. 127-136.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus logico-philosophicus**. 2^a ed. Trad. Luiz Henrique Lopes dos Santos. São Paulo: Edusp, 1994.

Campinas, 13 de fevereiro de 2005